COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.442, DE 2015

Acrescenta o inciso XI ao art. 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao mesmo art. 29, para estabelecer como direito do autor o de tornar indisponível conteúdo de sua propriedade que tenha sido publicado na internet sem sua autorização prévia e expressa.

Autor: Deputado RÔMULO GOUVEIA

Relator: Deputado RONALDO MARTINS

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO BILAC PINTO

I - RELATÓRIO

De autoria do ilustre Deputado Rômulo Gouveia, o Projeto de Lei nº 3.442, de 2015, visa estabelecer como direito do autor tornar indisponível conteúdo de sua propriedade que tenha sido publicado na Internet sem sua autorização prévia e expressa, bem como poder, a qualquer tempo, solicitar ao provedor de aplicações de internet tornar indisponível conteúdo de sua propriedade publicado na rede sem tal autorização, sendo aquele que promoveu a veiculação indevida responsabilizado pelos danos gerados ao autor, além do próprio provedor, caso não retire o conteúdo depois de notificado.

A proposta foi distribuída às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), estando sujeita à apreciação do Plenário. Seu regime de tramitação é ordinário.

É o relatório.

II - VOTO

Analisando o voto do relator, Deputado Ronaldo Martins, vejo que ele inicia discorrendo sobre a possibilidade do autor tornar indisponível o conteúdo mediante contato direto com o provedor Internet, sem intervenção do Poder Judiciário ou outra entidade representativa, não sendo ele responsabilizado pela publicação se removê-lo em tempo hábil, o que configura, na prática, a imposição de uma espécie de medida cautelar extrajudicial, que deixaria a cargo do provedor a tarefa de avaliar as denúncias e excluir o conteúdo indevido.

Partindo dessa análise, o relator ressalta que o projeto configura a tentativa de fazer coexistirem dois direitos fundamentais existentes na Constituição Federal de 1988, quais sejam a proteção dos direitos do autor e a livre manifestação do pensamento, e é inegável que ambos apresentam possíveis pontos de conflito, cabendo ao legislador administrar esses conflitos de modo a equilibrar dois importantes direitos.

O relator finaliza manifestando-se pela rejeição do projeto, argumentando que a decisão sobre a retirada não poderia caber a uma entidade privada, e, principalmente, que a manifestação do livre pensamento estaria seriamente prejudicada na hipótese de sua aprovação. É neste ponto que me permito discordar do nobre relator, mesmo diante de sua competente argumentação, pois não se pode, em nome de uma livre manifestação, ignorar direitos garantidos em nossa Constituição.

Citemos como exemplo um conteúdo que o autor se utilize de sua venda para sua própria subsistência. A divulgação desse conteúdo pela Internet, obviamente, lhe traria sérios prejuízos, sendo imprescindível a imediata remoção do mesmo, ainda mais se considerarmos a característica usual de transmissão de conteúdos pela rede, que rapidamente se torna viral. Mesmo ciente de que o autor possa eventualmente recorrer ao Poder Judiciário para fazer valer seus direitos, o que se observa na prática é que decisões judiciais, mesmo em caráter liminar, são usualmente incompatíveis com a velocidade de disseminação, pela Internet, de um conteúdo protegido, e acabam tendo pouco efeito depois que o dano da divulgação indevida já foi feito.

Ao analisar a questão da responsabilidade civil do provedor de aplicações de internet sobre conteúdos que violem direitos autorais, mas gerados por terceiros em seus sítios, o Poder Judiciário já decidiu reiteradas

vezes que o provedor será responsável por tais conteúdos se, após notificado, não excluir os conteúdos ilegais no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

A esse respeito confira-se as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos seguintes precedentes: Recurso Especial (“RESP”) nº 1.323.754 - RJ (2012/0005748-4), relatora Nancy Andrighi; RESP nº 1.396.417 - MG (2013/0251751-0), relatora Nancy Andrighi; RESP nº 1.193.764 - SP (2010/0084512-0), relatora Nancy Andrighi; e RESP nº 1.306.157 - SP (2011/0231550-1), relator Luis Felipe Salomão.

Assim sendo, merece ser reduzido o prazo para 1 (um) dia útil o prazo para a retirada de conteúdos que violem direitos autorais estabelecido no Projeto de Lei nº 3.442, de 2015 que incluiu o §3º ao artigo 29 da Lei nº 9.610/98 – nos seguintes termos:

*“Art. 29.....
§ 3º O provedor de aplicação de Internet será responsabilizado por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após notificação do autor, na qual deverá ser indicada de maneira clara e precisa o conteúdo de sua propriedade que tenha sido disponibilizado na aplicação sem sua autorização prévia e expressa, não tomar as providências para, no âmbito do seu serviço e no prazo de 01 (um) dia útil, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente. ”*

Desta forma, mesmo reconhecendo a importância da livre manifestação em nossa sociedade, bem como o princípio mediante o qual direitos individuais não podem se sobrepor aos da coletividade, entendo que o direito do autor deve ser respeitado nesse caso, pois há que se considerar, ainda, que nosso sistema legal se encarrega de proteger os direitos das minorias.

Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do projeto de Lei nº 3.442, de 2015.

Sala da Comissão, em de outubro de 2016.

**Deputado BILAC PINTO
(PR/MG)**